

EXCLUSÃO DIGITAL ZERO

Ao ler na edição 2215 do Jornal da Ciência a opinião da professora Marina Moraes Felipo sobre o grave problema da exclusão digital de professores primários brasileiros senti-me livremente inspirado para também tecer alguns comentários sobre o assunto.

Ao me solidarizar com a professora, quero dizer que concordo plenamente com sua opinião e idéias para combate à exclusão digital de professoras e professores primários, que bravamente cumprem a sua missão de alfabetizar milhões país afora. Penso, que se nossos alfabetizadores fossem digitalmente alfabetizados poderíamos começar a marcha em direção ao longo caminho da exclusão digital zero. Explico.

Primeiro quero dizer que esse título foi livremente inspirado na cruzada presidencial para permitir que milhões de pessoas no Brasil tenham o direito ao pão de cada dia e na minha crença de que é perfeitamente possível saciar a fome de pão e também a de informação e bytes de milhões de crianças, professores e brasileiros do Oiapoque ao Chuí.

O sociólogo Sergio Amadeu da Silveira nos alerta em *Exclusão Digital: A Miséria na Era da Informação* (2001) sobre as desigualdades entre ricos e pobres quando o assunto é o acesso aos recursos da internet, apontando como causas básicas dessa desigualdade o fato das pessoas nas classes populares estarem privadas de três instrumentos básicos: a linha telefônica, o computador e o provedor de acesso. Considera também a exclusão digital um veto cognitivo pois esta gera o analfabetismo digital, a lentidão na comunicação, o isolamento e o impedimento ao exercício da inteligência coletiva, isso vem corroborar com nossa idéia de que a escola pública é fundamental para promover uma inclusão digital capaz de proporcionar às classes populares os recursos necessários ao acesso à chamada sociedade da informação. Esperamos que tal inclusão, quando vier, seja democrática, autônoma e cidadã.

Para tentar mostrar que promover tal inclusão não é tão difícil assim vamos, a exemplo da professora Marina, sugerir algumas medidas que ao nosso ver poderão atacar em sua raiz esse mal que poderá comprometer de maneira determinante o futuro de nosso povo.

Quando escrevo e discuto sobre exclusão digital gosto sempre de lembrar que temos que analisar projetos dessa natureza fazendo algumas perguntas: Quanto custa? De que servirá essa inclusão na melhoria e transformação prática da vida das pessoas? Enfim: a quem interessa essa inclusão? Penso, que por exemplo: Incluir digitalmente crianças, adolescentes, jovens e professores apenas para que os mesmos digam em casa que sabem usar um editor de texto, uma planilha eletrônica ou conseguem entrar na internet uma vez na vida outra na morte, só servirá para alimentar o ciclo vicioso da dependência tecnológica e para gerar outro mal que poucos debatem mas já assola nossos rincões: o consumismo digital desnecessário, e, a dependência tecnológica, que custa caro ao Brasil pois permite que poderosas empresas estrangeiras de Tecnologia da Informação continuem faturando bilhões e forçando padrões em nosso território.

Então, antes de sairmos instalando computadores em escolas apenas para atendermos aos PNUDs da vida faz-se necessário que nossos governantes avaliem melhor os efeitos colaterais dos ditos programas de inclusão digital e/ou de informática nas escolas, senão correremos o risco de estarmos apenas formando mão-de-obra do tipo: apertadores de botões, para continuar a consumir produtos digitais que nos custam muito caro.

Em recente fala para professores da rede municipal de ensino de Ecoporanga-ES pude sentir na pele o que é a exclusão digital ou a inclusão digital tendenciosa e mal feita, mas lá, pude alertar em minha fala, sobre Software Livre na Escola pública: um Modelo Cidadão e Autônomo de Inclusão Digital, para os riscos e perigos dessa inclusão maléfica, no entanto, faz-se necessário que essas falas ganhem os corredores dos ministérios, das universidades, dos centros de pesquisa, os fóruns de discussão na internet, e, que tais idéias tenham um pouco mais de recursos financeiros para que sua escala seja aumentada.

Mário Luiz Teza do Programa de Software Livre-BR, em um magnífico artigo intitulado Pão e Liberdade(2002) mostrou que a economia de recursos com a adoção de softwares livres pelos principais programas governamentais em Tecnologia da Informação poderia gerar dinheiro suficiente para bancar o Fome Zero quase em sua totalidade, dentre esses programas está o PROINFO que julgo um dos mais importantes devido a sua importância estratégica tanto para a inclusão digital quanto para melhoria da qualidade do ensino público em nosso país. Porém fico desconfiado quando o vejo sendo usado apenas para promover uma inclusão tendenciosa, cara e não soberana.

Para finalizar gostaria de sugerir duas ações efetivas que poderiam contribuir de forma decisiva para iniciarmos um processo barato, autônomo e soberano de inclusão digital:

1) Que tal se Substituíssemos as ferramentas em softwares e plataformas proprietárias do PROINFO por ferramentas e sistemas de código aberto, isso poderia contribuir, por exemplo para gerar empregos em muitas cidades brasileiras e não só em Seattle e no Vale do Silício.

2 Que tal o MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia incentivarem a produção no Brasil do computador popular, já projetado por cientistas da UFMG e, depois presenteá-los (com software livre instalado, é claro) para cada professor primário país afora? Inclusive aos já aposentados. A nação deve muito mais que um simples PC popular a eles... Mas isso é perfeitamente possível de se construir agora, basta vontade política. Os professores primários, a inclusão digital, a informática educativa e os programas de EAD através da internet agradecem.

Doriedson Alves de Almeida

Mestrando em Educação e Informática PPGE/UFES

Especialista em Educação a Distância – NEAD/IE/UFMT e NEAD/UFES

Especialista em Engenharia da Informação CT/UFES

Especialista em Informática Aplicada a Educação PUC-MG